



**NECEN**  
Núcleo de Eventos e Concursos

**CONCURSO PÚBLICO PARA PESSOAL  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**  
EDITAL PRH Nº 1/2015

**Instruções**

- Não rasure sua folha de resposta, pois será anulada a questão que contiver emenda, rasura ou, ainda, que apresentar mais de uma alternativa assinalada.
- Verifique, na folha de resposta, se seu nome, número de inscrição e número de documento de identidade estão corretos.
- Use, ao marcar a alternativa na folha de resposta, caneta esferográfica de tinta preta (preferencialmente) ou azul, ponta grossa, seguindo o modelo ao lado.
- Marque, em cada questão, somente uma das alternativas.
- Verifique se este caderno contém todas as questões.
- O gabarito oficial e uma cópia deste caderno de provas, em formato pdf, serão disponibilizados no endereço <http://www.concursos.ufma.br>, após o encerramento das atividades referentes à aplicação da prova.

CERTO					ERRADO				
RESPOSTAS					RESPOSTAS				
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	26	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	27	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

**Contador**

Anote aqui o seu gabarito, em seguida, dobre e destaque na linha pontilhada.

**Lingua Portuguesa**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

**Legislação**

11	12	13	14	15

**Conhecimentos Específicos**

16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50			

**LÍNGUA PORTUGUESA****Os meios de comunicação como exercício de poder**

*Por Marilena Chauí* - Palestra proferida no lançamento da campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”, em 27/08/2012, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Podemos focalizar o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico.

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação fazem parte da indústria cultural. Indústria porque são empresas privadas operando no mercado e que, hoje, sob a ação da chamada globalização, passa por profundas mudanças estruturais, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia.”, como diz o jornalista Caio Túlio Costa. Além da forte concentração (os oligopólios beiram o monopólio), também é significativa a presença, no setor das comunicações, de empresas que não tinham vínculos com ele nem tradição nessa área. O porte dos investimentos e a perspectiva de lucros jamais vistos levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites, etc.

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se

ergue contra dois direitos democráticos essenciais: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou o igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação.

A isonomia e a isegoria são também ameaçadas e destruídas pelo poder ideológico dos meios de comunicação. De fato, do ponto de vista ideológico, a mídia exerce o poder sob a forma do que denominamos a ideologia da competência, cuja peculiaridade está em seu modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como pré-determina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Numa palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem e por isso mandam, e os incompetentes, que não sabem e por isso obedecem.

Enquanto discurso do conhecimento, essa ideologia opera com a figura do especialista. Os meios de comunicação não só se alimentam dessa figura, mas não cessam de instituí-la como sujeito da comunicação. O especialista competente é aquele que, no rádio, na TV, na revista, no jornal ou no multimídia, divulga saberes, falando das últimas descobertas da ciência ou nos ensinando a agir, pensar, sentir e viver. O especialista competente nos ensina

a bem fazer sexo, jardinagem, culinária, educação das crianças, decoração da casa, boas maneiras, uso de roupas apropriadas em horas e locais apropriados, como amar Jesus e ganhar o céu, meditação espiritual, como ter um corpo juvenil e saudável, como ganhar dinheiro e subir na vida. O principal especialista, porém, não se confunde com nenhum dos anteriores, mas é uma espécie de síntese, construída a partir das figuras precedentes: é aquele que explica e interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele que devassa, eleva e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros – em suma, o chamado “formador de opinião” e o “comunicador”.

Ideologicamente, o poder da comunicação de massa não é uma simples inculcação de valores e ideias, pois, dizendo-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, o especialista, o formador de opinião e o comunicador nos dizem que nada sabemos e por isso seu poder se realiza como manipulação e intimidação social e cultural.

Um dos aspectos mais terríveis desse duplo poder dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção da culpa e condenação sumária dos indivíduos, por meio de um instrumento psicológico profundo: a suspeição, que pressupõe a presunção de culpa. [...]

1. Assinale a opção sobre a ideia que se confirma no texto:

(I) O exercício do poder pelos meios de comunicação de massa se exerce, exclusivamente, pelo aspecto econômico e ideológico.

(II) No Brasil, o privilégio de que se beneficiam parlamentares e lobbies privados ocorre em conformidade com a isonomia e a isegoria.

(III) O especialista competente é aquele profissional capacitado para nos dar orientações sobre como devemos conduzir nossa vida.

(IV) A manipulação e a intimidação social e cultural são manifestações do exercício do

poder do especialista, do formador de opinião e do comunicador sobre nós.

- a) Apenas as afirmações I e III estão corretas.  
b) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.  
c) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.  
d) Apenas as afirmações I e II estão corretas.  
e) Apenas a afirmação IV está correta.

Sobre o período abaixo, responda as questões 2 e 3:

2. Responda a afirmativa correta:

*No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação:*

- a) O termo isto é é um elemento remissivo que promove uma referência catafórica a **poderio econômico dos meios**.  
b) O termo isto é é um elemento remissivo que promove uma referência anafórica a **poderio econômico dos meios**.  
c) O termo isto é é um elemento remissivo que promove uma referência anafórica a **coronelismo eletrônico**.  
d) O termo isto é é um elemento remissivo que promove uma referência catafórica a **coronelismo eletrônico**.  
e) O termo isto é é um elemento remissivo que promove uma referência endofórica a **poderio econômico dos meios**.
3. Em de tal maneira que e para são operadores argumentativos que introduzem, respectivamente, uma:

- a) Finalidade e consequência  
b) Contraposição e consequência  
c) Consequência e analogia  
d) Analogia e finalidade  
e) Consequência e finalidade
4. No enunciado: “... e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.” Tomando como exemplo *racionalidade técnico-científica*, podemos afirmar que a regra para o uso do hífen na expressão em destaque é, respectivamente, a mesma em:
- a) Macro-história, carro-bomba, político-social  
b) Azul-claro, mini-hotel, macro-história  
c) Ultra-humano, zigue-zague, médico-cirurgião  
d) Porto-alegrense, primeiro-ministro, macro-história  
e) Arranha-céu, decreto-lei, ultra-humano
5. Em *Os meios de comunicação não só se alimentam dessa figura, mas não cessam de instituí-la como o sujeito da comunicação*, os termos grifados poderiam ser substituídos, sem prejuízo do sentido, por:
- I. não apenas; e assim  
II. não unicamente; assim  
III. não somente; como também  
IV. não somente; mas também
- a) I e II estão corretas  
b) II e IV estão corretas  
c) III e IV estão corretas  
d) Somente a III está correta  
e) Somente a IV está correta
6. Indique a opção em que o emprego do **que** tem a mesma função empregada no período abaixo:
- O principal especialista, porém, não se confunde com nenhum dos anteriores, mas é uma espécie*

*de síntese, construída a partir das figuras precedentes: é aquele **que** explica e interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele **que** devassa, eleva e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros – em suma, o chamado “formador de opinião” e o “comunicador”.*

- a) A coesão é um recurso linguístico, de natureza sintático-semântica, que assegura a continuidade, a sequência e a unidade do texto.  
b) Que hábitos estranhos você tem!  
c) Podemos afirmar que produzir textos é um ato de transformação.  
d) Parecia que o céu ia cair de tanta chuva.  
e) Tanto fez que ganhou o campeonato em primeiro lugar.
7. O enunciado que **respeita** o padrão culto escrito é:
- a) O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia numa avaliação negativa que nada têm de linguística: é uma avaliação baseada apenas no valor social atribuído ao falante.  
b) A leitura, quer do mundo, quer de livros, só se aprende e se vivencia, de forma plena, coletivamente, na experiência com os outros.  
c) Um texto, para ser coerente, precisa apresentar certa lógica afim de que atinja seu objetivo.  
d) É a entonação, um recurso estilístico, que permite distinguir uma declaração de uma interrogação; um enunciado que revele surpresa de outro que não passe de simples enumeração.  
e) A palavra *híbrido* é de origem grega, onde significa ultraje, afronta, porque para os gregos qualquer miscigenação era violação às leis naturais.
8. Marque a opção em que a crase foi empregada **inadequadamente**:
- a) Para você chegar à feira, dobre à esquerda, depois à direita e siga em frente.

- b) Procon/MA vai as ruas para informar à pais de alunos sobre listas escolares abusivas.
- c) Minha mãe adorava sapatos com salto à Luís XV.
- d) Não precisa de todo esse capricho com o cabelo porque à noite todos os gatos são pardos.
- e) À luz das escrituras, todos somos irmãos.

9. A opção em que o termo grifado **não** está acentuado graficamente quanto às novas normas em vigor é:

- a) Ontem ele não **pôde** desfilar por sua escola; somente sua esposa **pôde**.
- b) A prefeitura do Rio montou um esquema **para** o bom funcionamento do trânsito durante o carnaval.
- c) Sua fantasia era tão esquisita que ele mais parecia um animal **pre-histórico**.
- d) Eles **vêm** aqui sempre que podem para curtir as férias.
- e) Não foi uma boa **ideia** fazer festas infantis depois das 19 horas, pois as crianças já estão sonolentas.

10. Assinale a opção em que os termos grifados obedecem ao bom uso da regência:

I – Ela estava muito feliz por ter sido aprovada no concurso para **servir** na Marinha brasileira.

II – Seu pai **serviu** a pátria com orgulho.

III – **Prefiro** ficar em casa ouvindo uma boa música a ir para a folia de carnaval.

IV – Ele **percebeu** uma quantia considerável de seu tio.

- a) I, II, III e IV estão corretas
- b) Somente a II está correta
- c) I e II estão corretas
- d) Somente a III está correta
- e) Somente a I está correta

### LEGISLAÇÃO

11. Considerando o processo licitatório marque a resposta CORRETA:

- a) A licitação na modalidade de concorrência não pode ser usada para valores inferiores ao seu limite.
- b) A licitação na modalidade de convite apenas podem participar os interessados previamente cadastrados e convidados.
- c) Não é possível combinar modalidades de licitação, mesmo que o objetivo seja ampliação concorrencial.
- d) A licitação na modalidade de tomada de preço exige que os interessados se cadastre até no máximo de 5 dias antes da data de recebimento da proposta.
- e) A licitação na modalidade de concurso destina-se a escolha de trabalhos exclusivamente de caráter científico.

12. Uma das formas de provimento de cargos público é:

- a) O aproveitamento
- b) O acesso
- c) A readmissão
- d) A disponibilidade
- e) Ascensão

13. Quando o servidor não satisfaz as condições do estágio probatório ensejará a:

- a) Readaptação
- b) Reconsideração
- c) Aposentadoria compulsória
- d) Remoção
- e) Demissão

14. Os direitos e garantias fundamentais

- a) Estão taxativamente previstos na Constituição de 1988.
- b) De caráter prestacional não são exigíveis do Estado.
- c) Não se aplicam às relações privadas.
- d) São inalienáveis e indisponíveis.
- e) Podem sofrer limitações que atinjam seu núcleo essencial.

15. O serviço de educação oferecido pelas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é um exemplo de serviço;

- a) Centralizado e oferecido pela administração pública direta
- b) Descentralizado e oferecido pela administração pública indireta
- c) Centralizado e oferecido por autarquias e fundações do governo
- d) Descentralizado e oferecido por qualquer organização do governo
- e) Descentralizado e oferecido pela administração pública direta

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Conforme o Art. 176, da Lei nº 6.404/76, as demonstrações contábeis são elaboradas:

- a) Ao fim de cada exercício social
- b) Em dezembro
- c) Em 31 de dezembro
- d) Ao fim de cada mês
- e) Em cada trimestre

17. Quando um passivo sofre pagamento antecipado com desconto de 10% ocorre um fato:

- a) Orçamentário aumentativo
- b) Financeiro aumentativo
- c) Misto aumentativo
- d) Permutativo diminutivo
- e) Misto diminutivo

18. No balanço patrimonial, as contas do passivo são apresentadas de acordo com a ordem:

- a) Crescente de exigibilidade
- b) Crescente de liquidez
- c) Decrescente de liquidez
- d) Crescente de irrelevância
- e) Decrescente de exigibilidade

19. Quando ocorre a contabilização de uma receita por uma entidade, necessariamente, ocorre:

- a) Diminuição do Passivo

- b) Aumento do Ativo
- c) Aumento do Patrimônio Líquido
- d) Diminuição do Patrimônio Líquido
- e) Aumento do Passivo

20. Na demonstração de Resultado, o Lucro Bruto é decorrente da diferença entre:

- a) Receita bruta de vendas e dedução da receita bruta
- b) Receita líquida de vendas e despesas operacionais
- c) Receita bruta de vendas e despesas financeiras
- d) Receita líquida de vendas e custo das mercadorias vendidas
- e) Receita bruta de vendas e despesas operacionais

21. As receitas antecipadas de aluguéis e os gastos de reorganização são contas classificadas, respectivamente, no:

- a) Passivo e Resultado
- b) ARLP e REF
- c) REF e PELP
- d) AP Imobilizado e REF
- e) AP Diferido e PC

22. Em março de 2013, uma Unidade Gestora empenhou R\$ 3.000,00 para aquisição de materiais de consumo e sofreu atraso na entrega do material. A Unidade Gestora veio a receber o material em abril de 2014, logo, no Balanço Patrimonial de 2013, o referido empenho tem que ter sido classificado como:

- a) Dívida Ativa
- b) Não cabe registro, uma vez que o empenho é um ato de natureza orçamentária
- c) Dívida Fundada
- d) Dívida Flutuante
- e) Passivo Permanente ou não-Financeiro

23. No Balanço Financeiro, os restos a pagar do exercício devem ser computados como receita extra orçamentária, pois esta medida serve para:
- Diminuir o valor das Mutações Orçamentárias.
  - Aumentar o valor das Interferências Orçamentárias.
  - Compensar a inclusão na receita orçamentária.
  - Aumentar as receitas orçamentárias arrecadadas.
  - Compensar a inclusão na despesa orçamentária.
24. Os créditos adicionais destinados às despesas que não foram contempladas no Orçamento classificam-se como:
- Iniciais
  - Especiais
  - Suplementares
  - Extraordinárias
  - Complementares
25. A autorização de despesas adicionais ao orçamento referentes a créditos insuficientes dotados denomina-se:
- Créditos adicionais
  - Créditos especiais
  - Créditos iniciais
  - Créditos suplementares
  - Créditos novos
26. Na contabilidade pública, o exercício financeiro é o período em que se faz a apuração do resultado e que equivale ao:
- Ano civil
  - Ano fiscal
  - Ano estabelecido pelo ordenador de despesa
  - Ano fiscal de 01 de junho à 31 de dezembro
  - Ano estabelecido pelo MPOG
27. No Sistema Patrimonial, a inscrição da Dívida Ativa é registrada com base nas informações recebidas mensalmente do órgão controlador, pelo lançamento:
- Dívida Ativa a Bancos
  - Dívida Ativa a Decréscimos Patrimoniais
  - Dívida Ativa e Mutações Ativas
  - Dívida Ativa e Mutações Passivas
  - Dívida Ativa a Acréscimos Patrimoniais
28. Quando do confronto entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro encontra-se uma diferença positiva, tem-se:
- Superávit orçamentário
  - Ativo real
  - Superávit financeiro
  - Déficit orçamentário
  - Ativo real líquido
29. São despesas por mutação patrimonial:
- A conversão, em espécie, de bens e direitos
  - A amortização de um empréstimo anteriormente concedido
  - Concessão de um empréstimo
  - As transferências para cobertura de despesas de custeio de outras entidades
  - O pagamento de encargo sobre a dívida
30. Depósitos em cauções recebidos serão registrados no sistema:
- Financeiro e Orçamentário, simultaneamente
  - Econômico
  - Orçamentário
  - De Compensação
  - Financeiro
31. Quando do registro da Previsão de Receita, no SIAFI, deve-se utilizar o documento e classe de evento:

- a) NL-10
- b) NL-20
- c) ND-10
- d) NS-10
- e) ND-20

32. As receitas, na Administração Pública, representam os ingressos financeiros nos cofres públicos, sendo classificados como receitas de capital:

- a) Contribuição de melhoria
- b) Alienação de bens móveis e imóveis
- c) Receitas de contribuições sociais
- d) Receita de serviços
- e) Receitas imobiliárias

33. Dentre as classificações da receita pública, existe a classificação quanto à natureza orçamentária. Qual opção caracteriza uma receita extraorçamentária?

- a) Cauções recebidas no exercício
- b) Receitas tributárias por valores inferiores às receitas previstas
- c) Alienação de bens móveis por valores superiores às receitas previstas no orçamento
- d) Alienação de animais para pesquisa
- e) Alienação de materiais não prevista na Lei Orçamentária Anual

34. Quando uma Unidade Gestora realiza retenção de valores decorrentes de pagamento de folha de pagamento ou nas faturas de terceiros, estas operações são classificadas como:

- a) Ativo Não Financeiro
- b) Operação do Sistema de Compensação
- c) Passivo Não Financeiro
- d) Ativo Financeiro
- e) Passivo Financeiro

35. Considerando que uma Unidade Gestora transfira para outra Unidade Gestora um veículo, esta operação será registrada na entidade concedente como um(a):

- a) Interferência Passiva Orçamentária
- b) Um fato que não deve ser registrado, por se tratar, apenas, de transferência
- c) Decréscimo Patrimonial
- d) Interferência Passiva Extraorçamentária
- e) Mutação Passiva

36. Na aquisição de veículo usado, a Unidade Gestora deverá realizar o registro desta despesa de capital como:

- a) Investimento
- b) Equipamentos
- c) Inversões financeiras
- d) Equipamentos e materiais permanentes
- e) Materiais permanentes

37. O Orçamento Público deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sendo este o princípio orçamentário:

- a) Unidade
- b) Universalidade
- c) Especifica o
- d) Exclusividade
- e) Anualidade

38. Nos termos do art. 165 da Constitui o de República de 1988, na a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá constar:

- a) Política de aplica o das agências financeiras oficiais de fomento
- b) Previsão das receitas tributárias para o exercício
- c) Previsão da seguridade social para o exercício
- d) Política de aplica es financeiras do governo
- e) Previsão de todas as receitas para o exercício

39. Unidades Gestoras que pertencem ao mesmo órgão usualmente realizam a transferência de créditos entre si. Esta opera o é definida como:

- a) Repasse  
b) Destaque  
c) Subrepasse  
d) Provisão  
e) Dotação
40. Quando uma Unidade Gestora realiza a liquidação das despesas, faz-se:
- a) Inscrição de restos a pagar  
b) Pagamento  
c) Recebimento do objeto do empenho  
d) Empenho  
e) Recebimento do objeto do empenho, ou seja, no ato do pagamento
41. Ao analisar o Balanço Orçamentário de uma Unidade Gestora, pode-se afirmar que:
- a) Se a previsão da despesa for menor que a sua execução, houve economia na realização da despesa.  
b) Se a fixação da despesa for maior que a execução da receita, houve excesso de despesas.  
c) Se a receita executada for menor que a despesa executada, houve um superávit orçamentário.  
d) Se a fixação da despesa for menor do que a execução da receita, houve excesso de despesa.  
e) Se a previsão da receita for menor que a sua execução, houve um excesso de arrecadação.
42. Os valores pagos a título de salário-família, referentes ao pessoal regido pela CLT, são classificados no Balanço Patrimonial como:
- a) Ativo Não Financeiro  
b) Ativo Financeiro  
c) Passivo Não Financeiro  
d) Despesa Orçamentária  
e) Passivo Financeiro
43. Para identificar o Resultado Orçamentário Corrente de uma Unidade Gestora, precisa-se obter a diferença entre:
- a) Receitas e Despesas Correntes Executadas  
b) Receitas Previstas Correntes e a Despesa Fixada Corrente  
c) Este resultado é calculado no Balanço Financeiro  
d) Receita Executada Corrente e Despesa Fixada Corrente  
e) Receitas Correntes Previstas e Executadas
44. As Unidades Gestoras são obrigadas a realizar o inventário, ao final do exercício financeiro, para compor a documentação que será apreciada pelo controle. O momento em que deverá ser realizado o inventário é em:
- a) Na data do envio da tomada ou prestação de contas ao Tribunal de Contas  
b) 30 de novembro  
c) 31 de outubro  
d) 31 de dezembro  
e) Na data definida pelos Tribunais de Contas
45. O inventário permanente de uma Unidade Gestora deve ser realizado, dentre outras situações, quando da substituição de responsabilidade do servidor designado para seu controle. Sendo assim, quando da substituição de responsabilidade do almoxarifado, devem ser levantados os:
- a) Todos os materiais de consumo, excluídos os materiais para revenda  
b) Materiais de consumo e os equipamentos e materiais permanentes não distribuídos para uso  
c) Os materiais de consumo e permanentes  
d) Todos os materiais existentes no almoxarifado  
e) Materiais de consumo e bens móveis do órgão
46. A aplicação de R\$ 10.000,00 por 2 anos, à taxa de juros compostos de 10% ao bimestre, terá ao final do período o montante de:
- a) 17.715,61  
b) 31.384,28  
c) 37.661,14

- d) 38.959,76
- e) 34.984,51

47. Se R\$ 10.000,00 foram aplicados por 10 dias, a juros simples, de taxa de 15% ao mês, qual o montante dessa aplicação?

- a) 11.800,00
- b) 10.500,00
- c) 11.500,00
- d) 10.800,00
- e) 12.800,00

48. Quando se aplica R\$55.000,00, à taxa de 36% a.a., com capitalização mensal composta, qual o montante obtido ao final de um ano?

- a) 78.702,00
- b) 78.602,20
- c) 78.744,77
- d) 78.416,85
- e) 78.730,52

49. Conforme a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, os lucros e dividendos distribuídos são:

- a) Plenamente incidentes pela tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas
- b) Tributáveis exclusivamente na fonte
- c) Tributados em 15% sobre variação do ganho de capital
- d) Imunes
- e) Isentos e não tributáveis

50. Na aquisição de bens para o imobilizado por uma entidade da Administração Pública, a incidência do ICMS é:

- a) Ocorre na forma de apuração normal, onde a não cumulatividade é o mecanismo de sua apuração
- b) Ocorre de forma diferida
- c) Não ocorre por causa da imunidade recíproca

- d) Somente ocorre na forma do SIMPLES Nacional
- e) Incidente integralmente e gera crédito para pedido de restituição junto à Fazenda Pública